

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

ÍNDICE GERAL

Abreviaturas	5
--------------------	---

INTRODUÇÃO

Coordenadas gerais do instituto. Sua delimitação	7
--------------------------------------------------------	---

CAPÍTULO I

COORDENADAS GERAIS	9
--------------------------	---

1. O sentido de justiça da regra <i>casum sentit dominus</i> e a protecção da liberdade de acção	9
2. Os títulos de imputação de danos. Culpa, risco e sacrifício	10
3. Modalidades de responsabilidade civil. A “terceira via”	12
4. Concurso da responsabilidade delitual com a responsabilidade contratual	15

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL	21
-----------------------------------------	----

5. Desenvolvimentos gerais	21
6. O problema dos <i>punitive damages</i>	31

6.1. Os primórdios da jurisprudência inglesa e sua evolução. O caso <i>Rooks v. Barnard</i>	32
---------------------------------------------------------------------------------------------------	----

6.2. A jurisprudência americana, em especial, sobre a indústria automóvel e tabaqueira	33
----------------------------------------------------------------------------------------------	----

6.3. O caso “Dieselgate”	36
--------------------------------	----

6.4. Os grupos de casos. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade e lucro ilícito obtido de forma premeditada	39
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

6.4.1. Danos não patrimoniais causados pela violação de direitos de personalidade	39
-----------------------------------------------------------------------------------------	----

•

6.4.2. Lucro ilícito obtido de forma premeditada.....	41
6.5. Enriquecimento ilícito e danos de massas. Os interesses difusos.....	41
6.6. A intervenção do enriquecimento sem causa e os seus limites	44
6.7. A perturbação das categorias constitutivas da ordem constitucional jurídico-económica. O Direito Penal Secundário, em especial, o Direito Penal Económico. O Direito de Mera Ordenação Social.....	46
7. A cláusula penal.....	50

CAPÍTULO III

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	55
------------------------------------------------	-----------

8. A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas por danos causados no exercício de funções administrativas.....	55
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

PARTE I
EVOLUÇÃO HISTÓRICA

9. Considerações gerais.....	61
------------------------------	----

CAPÍTULO I

DIREITO ROMANO	63
-----------------------------	-----------

10. Observações introdutórias. A responsabilidade civil antes da <i>Lex Aquilia</i>	63
11. A <i>Lex Aquilia</i> . A tutela da propriedade (escravos e bens materiais).....	66
12. Lesão de pessoas (<i>iniuria</i>).....	74
13. A responsabilidade civil depois da <i>Lex Aquilia</i> . O contributo de Justiniano	76

CAPÍTULO II

DIREITO INTERMÉDIO	83
---------------------------------	-----------

14. Elementos preambulares	83
15. A Alta Idade Média	83
16. Glosadores e Comentadores	85
17. O Humanismo Jurídico.....	88
18. O Jusracionalismo. Linhas gerais de orientação	91

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO CODIFICADOR JURACIONALISTA.....	97
----------------------------------------------------	-----------

19. Notas introdutórias	97
20. O Código Civil francês e a <i>responsabilité du fait des choses</i> . A evolução judicial.....	98

•

ÍNDICES

•

CAPÍTULO IV	
A EVOLUÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	107
21. As codificações novecentistas.....	107
22. O Código Civil alemão e o sistema das três “pequenas” cláusulas gerais. O desenvolvimento jurisprudencial do Direito da Responsabilidade Civil.....	107
23. O Código Civil italiano e a «ingiustizia» do dano.....	111
24. Traços fundamentais do sistema de responsabilidade do Código português de 1966.....	115

PARTE II

A responsabilidade delitual. Pressupostos.....	121
------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO I	
O FACTO VOLUNTÁRIO.....	123

25. Actos e omissões.....	123
25.1. Actos imediatos (ou directos) e mediatos (indirectos).....	123
25.2. Omissões.....	125
25.2.1. Violação de deveres legais de agir.....	126
25.2.2. Violação de deveres negociais de agir.....	129
25.2.3. A materialidade subjacente aos deveres legais e negociais de agir.....	132

CAPÍTULO II	
ILICITUDE.....	143

26. Noções gerais.....	143
27. A protecção da liberdade de acção.....	144
28. A ilicitude entre o desvalor do resultado e da conduta.....	145
29. Comportamento contrário à ordem de conduta.....	155
30. O ilícito doloso. Elementos constitutivos. O erro excludente do dolo.....	159
31. O ilícito negligente. O dever objectivo de cuidado.....	161
32. O preenchimento do dever objectivo de cuidado pelos deveres no tráfego.....	163
33. As fontes do dever objectivo de cuidado.....	167
34. As diferentes acepções do conceito de “cuidado”.....	167
35. A inserção sistemática do dever objectivo de cuidado.....	172
36. O resultado ilícito.....	173
37. Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas.....	173
38. Direitos de personalidade. Relações com os direitos fundamentais.....	177

•

39. Direito à vida. A protecção da existência pré-natal	182
40. O problema das <i>wrongful actions</i>	185
41. Saúde e integridade física.....	192
42. Direito à identidade pessoal	196
43. Direito ao desenvolvimento da personalidade	197
44. Direito ao bom nome e à reputação	200
45. Direitos à palavra e à imagem	209
46. Direito à reserva de intimidade da vida privada e familiar	210
47. Inviolabilidade do domicílio e da correspondência	213
48. A protecção de dados pessoais.....	214
49. Direitos familiares e sucessórios.....	219
49.1. Responsabilidade civil por violação de deveres conjugais.....	219
49.2. Responsabilidade civil por violação dos deveres parentais.....	221
50. Direitos reais e demais direitos sobre coisas corpóreas.....	226
51. Direitos de propriedade intelectual.....	232
52. Responsabilidade de terceiros por violação de direitos de crédito.....	236
53. Ilicitude por violação de normas de protecção.....	258
54. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações	266
55. A relevância delitual do abuso de direito	268
56. A causalidade constitutiva de responsabilidade. Distinção face à causalidade que delimita a responsabilidade	278
57. Critérios de imputação objectiva do resultado à conduta	281
58. A teoria da equivalência das condições	283
59. A teoria da última condição ou da causa próxima	285
60. A teoria da condição eficiente	285
61. A teoria da causalidade adequada	286
62. A teoria do escopo da norma violada	288
63. A doutrina da criação ou incremento do risco.....	290
64. Orientação perfilhada sobre o nexó causal.....	292
65. Resultados da investigação. A função reitora do princípio da criação ou incremento do perigo.....	299
Secção única — As causas de justificação	310
66. Considerações preambulares	310
67. Exercício de um direito e cumprimento de um dever.....	311
68. A tutela privada de direitos	315
69. Acção directa	316
70. Legítima defesa.....	318
71. Estado de necessidade.....	325
72. Consentimento.....	327

•

CAPÍTULO III	
A CULPA	331
73. Observações introdutórias.....	331
74. Imputabilidade.....	334
75. Os critérios de averiguação da culpa.....	336
76. A bitola objectiva do <i>bonus pater familias</i> . O problema das características do agente não dependentes da vontade e os momentos subjectivos de apreciação da culpa.....	340
77. A concretização do padrão do <i>bonus pater familias</i> . A avaliação da culpa segundo o método dos grupos de tráfego.....	346
78. A titularidade de capacidades especiais.....	357
Secção única — Causas de exclusão da culpa	358
79. Erro desculpável.....	359
80. Medo invencível.....	367
81. Inexigibilidade	368
82. Prova da culpa. Presunções	368
82.1. Vigilância de incapazes naturais.....	370
82.2. Danos causados por edifícios ou outras obras	373
82.3. Danos causados por coisas ou animais	375
82.4. O exercício de actividades perigosas.....	379
83. A pretensa relevância negativa da causa virtual. O comportamento lícito alternativo.....	383
CAPÍTULO IV	
O DANO	391
84. Conceito e distinções.....	391
85. Dano real e dano de cálculo.....	392
86. Danos patrimoniais e não patrimoniais	393
87. Danos patrimoniais primários e secundários	395
88. Danos presentes e futuros	396
89. Danos directos e indirectos	398
90. Dano da perda de chance.....	398
91. Danos não patrimoniais, em especial.....	403
92. Os novos danos contra as pessoas	412
92.1. O dano à vida de relação.....	413
92.2. O dano biológico.....	414

•

92.3. Dano existencial	418
92.4. O acolhimento dos novos danos contra as pessoas no Direito português.....	421

CAPÍTULO V

O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O FACTO E O DANO.....	433
---------------------------------------------------	-----

93. Noções gerais.....	433
94. A formulação legal	433
95. Os critérios de delimitação dos danos indemnizáveis	440

PARTE III
A RESPONSABILIDADE OBJECTIVA

96. A razão de ser da responsabilidade pelo risco	445
97. Características gerais do sistema de imputações pelo risco.....	446
98. A simplificação dos pressupostos da responsabilidade	448
99. A responsabilidade do comitente.....	452
100. Danos causados por animais.....	458
101. Danos causados por veículos de circulação terrestre.....	459

101.1. A combinação entre a regulação delitual e a imputação pelo risco	460
101.2. Pressupostos da responsabilidade pelo risco.....	462
101.3. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem	468
101.4. Beneficiários da responsabilidade	472
101.5. Casos de exclusão da responsabilidade.....	473
101.6. A colisão de veículos.....	480
101.7. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação	482
101.8. Limites da responsabilidade pelo risco dos acidentes de viação....	485
101.9. O seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel	486
101.10. O Fundo de Garantia Automóvel.....	491
101.11. A problemática dos veículos autónomos	493

102. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos	496
103. A responsabilidade do produtor. Alguns casos emblemáticos.....	497

103.1. As propostas de enquadramento dogmático da responsabilidade do produtor.....	500
103.2. O regime especial de responsabilidade do produto	504

104. Responsabilidade pelo sacrifício.....	513
--------------------------------------------	-----

ÍNDICES

•

PARTE IV
A OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR

105. Noções introdutórias. Formas de indemnização	519
106. A reconstituição natural. Variantes.....	520
107. A substituição do “velho pelo novo”	525
108. O afastamento da reconstituição natural.....	528
109. A indemnização pecuniária. A teoria da diferença	533
110. Limites e desvios à teoria da diferença, em especial, o dano da privação do uso.....	536
111. A indemnização sob a forma de renda	537
112. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado.....	538
113. Culpa do lesado	540
114. Titularidade do direito à indemnização. O problema dos danos reflexos	543
115. Prescrição da obrigação de indemnização	548

PARTE V
A LEI REGULADORA DAS OBRIGAÇÕES
EXTRA CONTRATUAIS

116. Considerações gerais.....	555
117. O Direito da União Europeia.....	556
118. O Direito interno	564

PARTE VI
AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

119. O primado da função ressarcitória.....	569
120. O carácter subordinado da função punitiva e preventiva	570
BIBLIOGRAFIA	575
ÍNDICES	599
Índice de jurisprudência	601
Índice Geral.....	609

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt